# Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quarta-feira

A Odebrecht pagará multa acima de R$ 7 bilhões dividida em ao menos 15 anos, como parte de seu acordo de leniência negociado com a Procuradoria-Geral da República e que está na iminência de ser formalizado. O valor estabelecido tem como referência o pedido do Ministério Público Federal. As informações são do jornal **Valor Econômico.**

---

**Recall de delações**
As informações colhidas no acordo de delação premiada de executivos da Odebrecht terão impacto direto em colaborações firmadas até agora pela força-tarefa da operação “lava jato” com pelo menos outras duas empreiteiras, a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez. Ambas já foram informadas pelo Ministério Público sobre a necessidade de uma revisão em suas colaborações por causa de possíveis inconsistências ou sonegação de informações reveladas após a entrega dos anexos da proposta de delação da empreiteira baiana. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo.**

---

**Nova operação**
A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (4/10) a operação hidra de lerna, que investiga um suposto grupo criminoso responsável tanto pela possível prática de financiamento ilegal de campanhas políticas na Bahia quanto por esquemas de fraudes em licitações e contratos no Ministério das Cidades. Entre os alvos estão a construtora OAS, também investigada na “lava jato”, o diretório do PT na Bahia e a empresa de comunicação Propeg. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo.**

---

**Acusações contra a imprensa**
O desembargador Ivan Sartori, um dos responsáveis pela anulação do júri do massacre do Carandiru, sugeriu que a imprensa paulista recebe dinheiro do crime organizado. O magistrado também afirmou que ONGs de direitos humanos são financiadas com verbas do crime "Diante da cobertura tendenciosa da imprensa sobre o caso Carandiru, fico me perguntando se não há dinheiro do crime organizado financiando parte dela, assim como boa parte das autodenominadas organizações de direitos humanos", escreveu o desembargador em uma rede social. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo.**

---

**Juízes no detector**
O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou nesta segunda-feira (3/10) um plano de segurança para os prédios do Judiciário que prevê, entre outras mudanças, a obrigatoriedade de revistas até mesmo em juízes e promotores. De acordo com a portaria, só serão desobrigados de passar por detectores de metal e revistas em "bolsas, pastas e similares" magistrados que atuam naquela unidade. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo.**

---

**Dados cruzados**
O Palácio do Planalto e Justiça Eleitoral irão assinar em breve cooperação para que o governo acesse a


2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

base de dados dos eleitores do Tribunal Superior Eleitoral — querem cruzar dados de beneficiários de programas. As informações são da coluna Painel, do jornal **Folha de S.Paulo**.

**OPINIÃO**

**Repensando a Constituição**

O jornal **Estado de S. Paulo** defende que é hora de repensar a Constituição.Em editorial, a publicação afirma que pela série de vinculações que determinar, a Carta Magna limita a capacidade financeira do Estado e coloca o país na rota da insolvência fiscal, mesmo que a carga tributária tenha contínua expansão. “Esses 28 anos são também a comprovação empírica de que não basta assegurar tudo na lei, de forma idealista, sem ter disponibilidade de meios. Tal irrealismo simplesmente trava o Estado. Tem-se agora oportunidade única para debater e reformar corajosamente a Constituição de 1988. O Brasil merece e a realidade exige esse debate”, escreveu o jornal .

**CNJ promissor**

A atuação da ministra Cármen Lúcia em sua primeira sessão como presidente do Conselho Nacional de Justiça foi elogiada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**. Ela demonstrou que irá acelerar a tramitação dos processos administrativos envolvendo sindicâncias, reclamações e punições disciplinares exemplares, o que, segundo a publicação, não era hábito de seu antecessor, o ministro Ricardo Lewandowski. “Na primeira sessão plenária do CNJ que presidiu, a nova presidente do órgão primou pelo realismo de seus diagnósticos, pela precisão de suas propostas e, principalmente, pela aversão a toda e qualquer forma de corporativismo. Se continuar agindo dessa forma, ela dará uma contribuição inestimável para modernizar as atividades de controle administrativo do Poder Judiciário”, escreveu o jornal.

**Date Created**

05/10/2016


2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.